

# A INDESCURÁVEL PRESENÇA DO PASSADO RECONSTRUÇÃO E SALVA- GUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Maria Fernanda Matias<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Coordenadora dos projectos especiais do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, co-responsável por iniciativas realizadas em diversos países como Espanha (exposição *La Fundació Calouste Gulbenkian i el Patrimoni Històric Portuguès arreu del món*, no Museu de História da Catalunha, Barcelona); França (exposição *Le patrimoine historique portugais à l'étranger – l'intervention de la Fondation Calouste Gulbenkian*, no Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris); projecto *Vasco da Gama e a Índia* – comemorativo dos quinhentos anos da viagem do navegador português – que incluiu conferência internacional, na Université de Sorbonne e no Centro Cultural Calouste Gulbenkian, a exposição *Vasco de Gama et l'Inde*, na Chapelle de la Sorbonne, e concerto, Paris); Índia (organização dos Arquivos da Diocese de Cochim; criação do Museu de Arte Indo-Portuguesa, Cochim; segunda fase de criação do Museu de Arte Sacra Indo-portuguesa de Rachol, Goa); Indonésia (exposição *Traditional Arts of Portugal*, Jacarta); Marrocos (inauguração da Torre de Menagem, Arzila). Em Portugal, além da coordenação de várias publicações, organizou as exposições *Oriente/Ocidente*, de Rui Ochoa, *Peregrinação* na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Frequenta actualmente a Licenciatura em História da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

## Resumo

Os portugueses desempenharam um papel pioneiro na descoberta de novos mundos. Ao longo da sua história, Portugal promoveu o inter-relacionamento de culturas diferentes tendo deixado nos países que descobriu, ou a que chegou, marcos diversificados, testemunhos da sua arte e da sua ciência.

A Fundação Calouste Gulbenkian tem vindo a desenvolver, desde há muitos anos, uma acção única em Portugal de reabilitação do património histórico português no estrangeiro. Apresentam-se neste artigo três exemplos concretos desse trabalho: a Torre de Menagem de Arzila, em Marrocos, o Forte de São João Baptista de Ajudá, no Quénia, e a Igreja do Santo Rosário, no Bangladesh, ilustrando assim a vasta área geográfica em que Portugal exerceu a sua influência.

## Abstract

Portugal performed a unique role in the discovery of the new world during the sixteenth century. Its history has multiple examples illustrating the relationship established between different patterns of cultural behaviour. We can still find artistic and scientific marks of the presence of the Portuguese, in different countries of the five continents.

The Calouste Gulbenkian Foundation has been developing a unique project in the field of preservation and rehabilitation of the historical architecture built around the world, of which we give three examples in the following article: the Tower of Asilah, in Morocco, the Fort Jesus in Mombasa, Kenya, and The Holy Rosary Church, in Dacca, Bangladesh.

Um monumento é, simultaneamente, um marco e a memória de um grupo humano, de uma sociedade e mesmo de uma civilização, o testemunho da sua evolução e da imagem que, no campo da memória, soube construir. Tecnicamente, realizar um projecto de intervenção num monumento arquitectónico implica, em primeiro lugar, conhecer a história, o significado cultural e funcionalidade, de modo a respeitar o seu enquadramento geográfico e social, sendo certo que o momento de criação da obra se inscreve num quadro de vivências, diferentes mas complementares. Por um lado, ela é tudo o que hoje consideramos fundamental, ou melhor, monumental, e, por outro, é tudo quanto esteve subjacente à sua edificação, concebida para uma funcionalidade específica e um pragmatismo que ao longo dos séculos foi vivido de diversas formas. Ou seja, um monumento comporta um tempo de concepção e um tempo de recepção – que será o actual – em que um outro valor lhe é acrescentado. Entre os dois momentos e o outro, fica um contínuo de fruição que acentua a sua identidade. Os três monumentos que seguidamente apresentamos parecem-nos ser paradigmáticos desta concepção teórica de monumentalidade.

Num sentido prático, a salvaguarda e a reconstrução de monumentos deve orientar-se por critérios de rigor e cuidados absolutos, tendo presentes os princípios que foram codificados pelo ICOMOS, nomeadamente na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, em que se definem os objectivos e os instrumentos de acção para preservar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e colectiva e perpetuar o conjunto de bens, por mais modestos que sejam, que constituem a memória da Humanidade.

Portugal desempenhou um papel pioneiro na expansão europeia. Em 1415, quando pela primeira vez marcou presença em África, era um Estado com menos de um milhão de habitantes. No espaço de um século, tinha descoberto as costas de África, Ocidental e Oriental; chegado à Índia; penetrado na China e no Japão; e percorrido a costa brasileira. Não surpreende por isso o número de testemunhos que ainda hoje é possível encontrar do muito que foi edificado, ou que influenciou, da África à Ásia, na América do Sul.

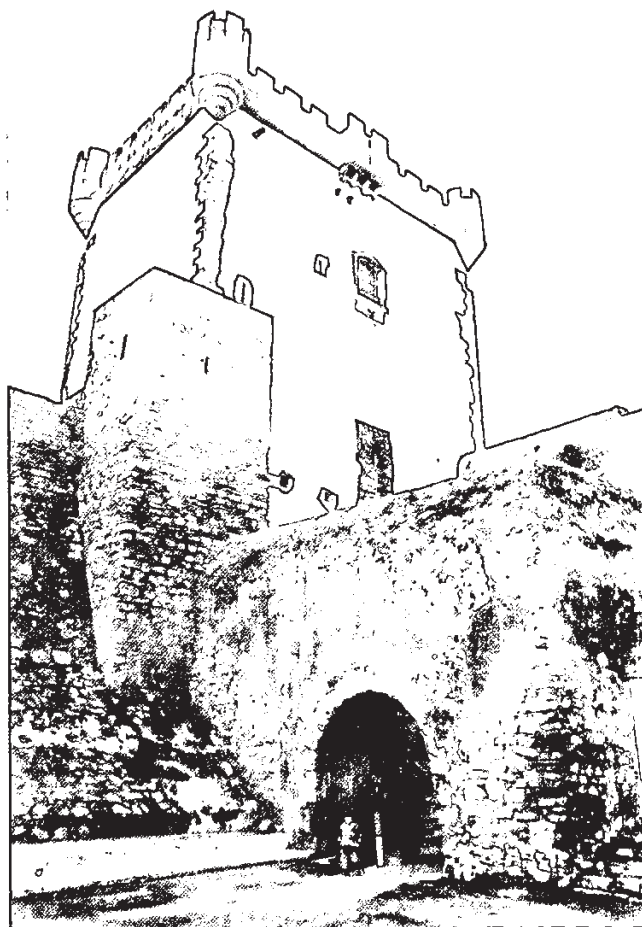
As motivações "imperialistas" de Portugal foram múltiplas e complexas, aumentando à medida que a área geográfica dominada se ia ampliando. As conjunturas (política e diplomática, tecnológica e científica) deram um contributo importante à consolidação e manutenção do império por cinco séculos, ao longo dos quais se foi construindo um vasto número de testemunhos arquitectónicos nos campos militar, religioso e urbanístico.

Durante muitos anos, a África do Norte e o Oriente foram um vasto campo de experiências para arquitectos e engenheiros portugueses que dali transpunham o saber para os quatro cantos do globo: a arquitectura militar foi evoluindo ao sabor da geografia e de uma tecnologia cada vez mais avançada e, simultaneamente, estabeleceram-se contactos e influências recíprocas, que viriam a transformar-se em novos padrões culturais. A sóbria arquitectura religiosa adaptou-se, consolidando-se numa expressão autónoma sucessivamente re-interpretada e re-criada, constituindo um legado importante, que importa proteger e salvar.

Neste contexto, a Fundação Calouste Gulbenkian vem desempenhando, desde a sua criação, em 1956, um papel que se pode verdadeiramente classificar de único no domínio da recuperação e salvaguarda do património, seguindo princípios gerais, mas também flexíveis:

Em primeiro lugar (...) não toma a iniciativa deles, respondendo antes a solicitações que lhe cheguem das autoridades dos países interessados. Em segundo lugar, procura sempre que uma parte, mesmo reduzida, dos custos dos projectos seja assumida localmente. Em terceiro lugar, uma vez concluída uma obra deste tipo, não intervêm na gestão futura do empreendimento.

(...) este tipo de intervenção não é apenas importante para Portugal: num contexto globalizante, será também uma contribuição possível para o desenvolvimento sustentado das relações internacionais bilaterais, num clima de interesse mútuo e de colaboração.<sup>2</sup>



Torre de Menagem, Arzila, Marrocos

### Contexto do assentamento

As sucessivas incursões lusitanas na costa do litoral marroquino tiveram finalmente êxito quando a armada comandada por D. João I (e que incluía os infantes, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, muitos membros da nobreza e os chefes das ordens religiosas de Cristo e do

<sup>2</sup> José Blanco, em entrevista concedida a Maria João Avelaz, em Maio de 1999.

Hospital) tomaram Ceuta em 1415. Constituída por um total de mais de duzentos barcos, entre naus, galeões, galés e outras embarcações de maior ou menor porte, reunia cerca de vinte mil homens que, por razões estratégicas, ignoravam os verdadeiros intentos da expedição.

A frota desembarcou a 20 de Agosto, tomando a cidade no dia seguinte, sem grandes dificuldades. Foi rezada missa na Mesquita Grande, convenientemente adaptada para o efeito, e os infantes foram nela armados cavaleiros. Para governar a cidade ficou D. Pedro de Meneses à frente de uma guarnição de defesa de cerca de dois mil e quinhentos efectivos. Militarmente gloriosa, a empresa revelou-se, contudo, um fracasso económico. Apesar disso não se demoveriam esforços nem pesados investimentos para prosseguir a tomada de outras praças. A presença portuguesa no Norte de África perduraria por mais de três séculos, até ao abandono de Mazagão em 1769.

Tais empreendimentos alicerçaram-se em razões de natureza económica associadas às motivações religiosas, como que num prolongamento da Reconquista e de um persistente espírito de cruzada, a coberto da legitimação conferida pela Igreja de Roma. Em 1436, o papa Eugénio IV estimulava mesmo a coroa portuguesa a conquistar Marrocos, especificamente a cidade de Tanger, igualmente pretendida pelos Castelhanos. Dezasseis anos depois, a bula *Dum Diversas* concedia ao soberano de Portugal o direito de atacar e submeter toda a espécie de pagãos e inimigos de Cristo, privilégio que viria a ser alargado através daquela que é considerada a «carta régia do imperialismo português», a bula *Romanus Pontifex*. Oficializava-se a autorização para o exercício de actividades comerciais com os sarracenos em qualquer território que se entendesse oportuno, sujeita, é certo, à interdição da venda de material bélico.

É neste quadro que D. Afonso V, defensor acérrimo da conquista de Marrocos, promove a sua própria cruzada: reencaminha o contingente reunido para retomar Constantinopla ao domínio turco, em resposta ao apelo papal (Constantinopla caiu em 1453), e avança sobre Alcácer Ceguer, em 1457.

Em 1471, com uma poderosa armada de quatrocentas e setenta velas e trinta mil homens – ainda assim tripulação mais reduzida em cada embarcação do que a que participara na tomada de Ceuta – D. Afonso V conquista Arzila, depois de uma sangrenta batalha, a 24 de Agosto. Entre os combatentes encontrava-se o futuro rei de Portugal, D. João II. O caminho estava traçado. Em poucos dias concretizar-se-ia a tomada de Tanger, Larache e Anafé (actual Casablanca), feitos que conferiram ao monarca o título de «Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e d'Além-mar em África». A campanha viria a permitir o estabelecimento de um protectorado com alguns benefícios financeiros provenientes dos pesados tributos que as populações locais passaram a pagar a Portugal. Os *mouros de pazes*, vassallos directos da coroa, mantinham com os senhores de Portugal a

habitual relação de dependência pessoal e, de acordo com as regras senhoriais, prestavam ainda outros serviços como alojamento, transportes e provisões.

### Momentos da construção portuguesa

A permanência em África alternou períodos pacíficos com outros de guerra constante. Para manter Ceuta, lutava-se diariamente, sobretudo após a aliança dos berberes com Granada, chegando a ser necessário enviar reforços do continente e, Arzila, durante um período de mais de setenta anos, esteve quase permanentemente em guerra com os mouros vizinhos. A defesa foi sempre difícil. A praça tornou-se objecto de numerosos ataques e de dois cercos ameaçadores, em 1508 e 1516. O primeiro revelou as fragilidades da fortificação da cidade, levando D. Manuel a tomar a decisão de interromper as obras do Mosteiro dos Jerónimos para que o mestre responsável pelos respectivos trabalhos pudesse orientar as obras de defesa de Arzila.

Diogo Boytac (c.1460-1528)<sup>3</sup>, é enviado em 1509 para Arzila, levando consigo uma avultada quantia em dinheiro e instruções para fortificar a cidade com *muros de pedra e call*, em vez das habituais construções de pedra e barro.

Após ano e meio de trabalho intenso, Boytac regressa a Portugal deixando a execução dos seus planos a cargo do mestre Francisco Danzilho. Neles se incluíam, além do levantamento de muralhas, outras estruturas militares como a casa do governador e as obras de ampliação do antigo castelo quatrocentista. Desta última construção, que lhe granjearia a distinção de Cavaleiro da Casa Real, resta actualmente a torre de menagem.

Arzila esteve em poder de Portugal até 24 de Agosto de 1550, data em que foi deixada aos mouros pela acção da política de D. João III, que a incluiu no conjunto de praças a abandonar após prévio desmantelamento e destruição dos edifícios. Voltaria efemeramente às mãos dos portugueses por volta de 1576, quando o alcaide, Abde Alquerime, partidário do soberano português, a devolveu ao governo luso. Dois anos mais tarde, a 11 de Julho de 1578, D. Sebastião desembarcará em Arzila, para rumar a Alcácer Quibir. Terá sido na Torre de Menagem que o mítico monarca pernoitou antes da desastrosa batalha que levaria à perda da independência. Filipe I de Portugal (II de Espanha), com o objectivo de captar a simpatia do xerife reinante, toma a decisão de devolver a cidade ao rei de Marrocos a 13 de Setembro de 1589.

<sup>3</sup> Mestre de obras, que durante muito tempo se acreditou ser oriundo de França, estando tal hipótese a ser actualmente revista por vários especialistas, fixou-se em Portugal desde 1490 sendo um dos principais arquitectos que aqui trabalhava nos finais do século xv vindo a exercer considerável influência na arte manuelina.

## Intervenção contemporânea

Rafael Moreira, no estudo historiográfico que elaborou para a Fundação Calouste Gulbenkian, em 1987, faz uma descrição pormenorizada do que teria sido a arquitectura da torre de menagem de Arzila:

O edifício formava um L, com o corpo principal abrindo em varanda sobre o mar. Uma espaçosa área com porta ao rés-do-chão, janelas e fogão de sala, onde deviam estar os aposentos privados do governador e sua família (...), comunicava ao nível do primeiro piso por uma pequena porta gótica com a escada da Torre. Na ala transversal, formando o muro que separava a vila do castelo, situava-se uma série de salas de aparato, a área social a que se subia por uma escada exterior a partir do pátio do castelo. Assentes sobre cómodos serviços ou armazéns, esses salões deitavam para o terreiro da vila (...) por duas formosas janelas manuelinas. A cobertura em açoteia (...) terminava num elegante varandim em resalto portando onze ameias de tipo mudéjar ou luso-mourisco, iguais aos tantos monumentos manuelinos. (...) Os balcões com matacães, alinhados na vertical dos vãos, não podiam ter fins de defesa escondidos pela coroa decorativa das ameias. O janelão de sacada para as aparições oficiais do governador volta-se ao terreiro da vila (...). A distribuição dos espaços internos obedecia a uma hierarquia simbólica: prisão no térreo (...); no 2º piso a sala do despacho onde o governador dava audiência e ordens em nome do rei; e no 1º uma sala de guarda, como na Torre de Belém.

Nos anos oitenta do século xx, a torre gótica, também conhecida por Torre de D. Sebastião, o único exemplar que subsiste de uma torre medieval europeia construída em África, encontrava-se num grau avançado de ruína. Da antiga grandiosidade, comparável às das suas congéneres de Sevilha, Olivença e Beja<sup>4</sup> – restavam de pé os elementos até ao segundo piso.

Em 1987, o então ministro da cultura de Marrocos, Mohammed Benaissa, dirigiu-se à Fundação Calouste Gulbenkian solicitando a colaboração técnica: “o conselho de um especialista português acerca da maneira como deve ser reconstruído o «telhado» da torre”. Viana de Lima viria a ser encarregado do projecto.

Natural do concelho de Esposende, Viana de Lima foi autor de múltiplos projectos. O Hotel Casino Park, do Funchal, muitas vezes apontado como exemplo da sua colaboração com Óscar Niemeyer, foi, na realidade, executado por Viana de Lima com base, é certo, num esquisso que o arquitecto brasileiro facultaria ao seu colega português juntamente com a “encomenda” do trabalho que lhe havia sido outorgado (e que a falta de tempo do primeiro impediria concretizar). Da vasta obra de Viana de Lima destaca-se a Faculdade de Economia da Universidade do Porto, considerada um ícone da historiografia da arquitectura moderna em Portugal. A partir de 1960, enquanto consultor UNESCO, esteve, igualmente, ligado a trabalhos de preservação do

património arquitectónico português em diversos países estrangeiros.

A proposta de intervenção de Viana de Lima para reabilitar a Torre de Menagem de Arzila patenteava o desejo de “fazer valer um conceito de recuperação e de revitalização que [desse] forma objectiva a princípios” que impedissem a degradação, assegurando uma reconstrução fundamentada numa “legitimidade cultural”. O projecto teve por base os elementos da Torre ainda existentes combinados com os dados proporcionados pela gravura incluída na obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Braunio (1572), bem como outra documentação antiga, além do já referido enquadramento histórico realizado por Rafael Moreira, especialista em arquitectura militar e arte do Renascimento, da Universidade Nova de Lisboa.

Rafael Moreira defendeu a possibilidade de, em Arzila, se ter desejado fixar um arquétipo formal da representatividade arquitectónica das “torres de homenagem”, como sede do poder régio, sacrificando a própria adequação funcional dos objectivos militares a que primeiramente deveriam obedecer (o que terá resultado na construção de obras singulares desinseridas do seu contexto estilístico). Todavia, o projecto apostou na concretização da leitura típica da guarda de ameias, redesenhando os diversos elementos constitutivos de acordo com os ditames tradicionais.

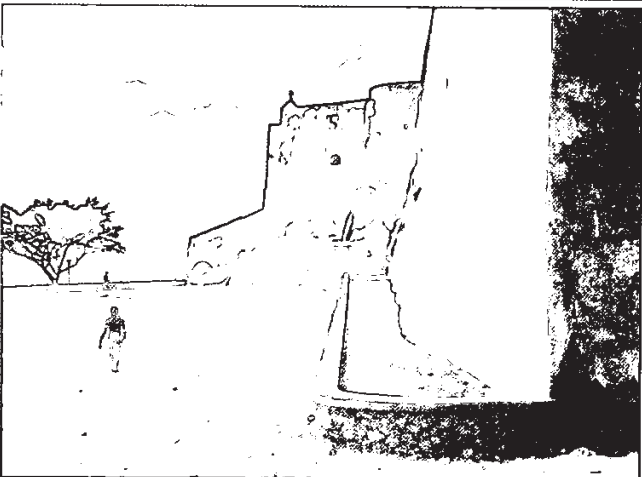
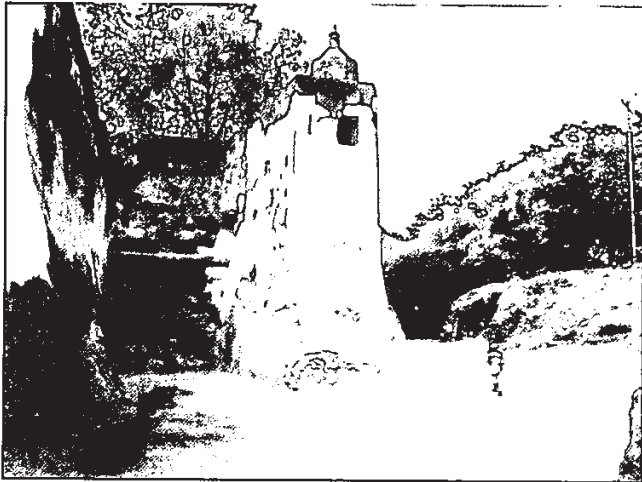
Nos trabalhos, foram utilizados materiais e tecnologias de construção actuais: o travamento foi feito por vigas de cintura em betão armado, bem como os elementos de remate do caminho da ronda, incluindo merlões, parapeitos e guaritas; a cobertura, uma estrutura de madeira revestida no exterior por escamas de cobre electrolítico sobrepostas, permite obter um efeito idêntico à coloração da cerâmica verde, referida por muitos autores como tendo sido usada na cobertura de numerosas torres de menagem das fortalezas medievais.

Alfredo Viana de Lima não viveria o suficiente para ver a sua obra terminada. Faleceu antes mesmo de iniciados os trabalhos que viriam a ser supervisionados pelo seu colaborador João Campos.

Parte das estruturas foi feita no Porto, designadamente as componentes de carpintaria, o revestimento em cobre e as guardas metálicas dos vãos de fachada, exigindo uma prévia montagem e desmontagem num estaleiro para ensaio. Após o transporte para Arzila, a estrutura foi definitivamente montada no topo da Torre.

As negociações entre a Fundação Gulbenkian e a parte marroquina arrastaram-se por um longo período. Os trabalhos seriam, aliás, motivo para três inaugurações simbólicas – a primeira pelo Ministro de Estado marroquino Mulei Ahmed Alaoui, a segunda pelo Primeiro Ministro português Cavaco Silva e a terceira pelo presidente da República Mário Soares. O apoio técnico (“conselho”) inicialmente solicitado à Fundação Gulbenkian transformou-se no financiamento da quase totalidade dos custos envolvidos. Após seis longos anos de conversações, as obras seriam executadas rapidamente: iniciadas em 1993 ficaram concluídas em Março do ano seguinte.

<sup>4</sup> «Grande e nobre torre de menagem, à qual eu não tenho visto outra semelhante senão a de Sevilha e a de Olivença e a de Beja» - Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, 1560.



Forte de Jesus, Mombaça, Quênia

### Contexto do assentamento

Os ecos do Oriente que chegavam a Portugal no século XIV estimularam grande esforço financeiro e humano no sentido de descobrir o ponto de ligação entre os Oceanos Atlântico e Índico, ou seja, a passagem marítima para o Oriente que viabilizaria a aquisição directa dos produtos que ali abundavam, como sedas, especiarias, e outras espécies vegetais utilizadas nas mais variadas aplicações, da tinturaria à farmácia e à medicina, canalizadas até então para a Europa através das rotas comerciais controladas por cidades-estado italianas.

O plano, traçado de forma consistente no reinado de D. João II, exigiu uma elaborada exploração marítima e um efectivo controlo dos mares e da navegação, aliados a uma habilidosa estratégia diplomática. Viria a concretizar-se já com D. Manuel I no trono cabendo a Vasco da Gama a abertura da Rota do Cabo, sobre a qual Portugal ambicionou deter o monopólio. Para assegurar a sua supremacia e domínio dos portos-chave, Portugal iria construir uma cadeia de feitorias e fortificações ao longo de todo o império.

Ao passar o Cabo da Boa Esperança, e navegando para Norte pela costa Oriental africana, depois de terem encontrado grupos de caçadores e pastores nómadas, os portugueses alcançaram a Ilha de Moçambique e a costa suaíli. Depararam, então, com sociedades desenvolvidas, tanto comercial como culturalmente. Organizadas em cidades bem construídas onde muitos edifícios atingiam a altura de três pisos e as casas mais ricas apresentavam decoração profusa nas portas de madeira entalhada.

Estes povos, uma amálgama de origem árabe, e banto, habitando uma área geográfica privilegiada, prosperavam à custa de um «comércio de monção» em que trocavam contas, têxteis e outros produtos trazidos Golfo Pérsico, do Mar Vermelho e da Índia, por mercadorias do interior do continente, sobretudo ouro, marfim e escravos.

Na sua primeira viagem, Vasco da Gama estabeleceu relações amistosas com o soberano de Moçambique tendo este, inclusivamente, fornecido pilotos experientes para conduzirem as naus lusitanas. Dali prosseguiu rumo a Quíloa, ao tempo a cidade mais próspera da região e, a 7 de Abril de 1498, aportou pela primeira vez em Mombaça, porto de escala das carreiras de navegação que desciam a costa Oriental de África, até Sofala. No entanto, as relações com os naturais, afáveis num primeiro momento, rapidamente se deterioraram e decorrida uma semana os portugueses consideraram ser mais prudente continuar a navegação até Melinde.

### Momentos da construção portuguesa

Aproximadamente pela mesma altura em que Diogo Boytac partia para Marrocos para fortificar Arzila, Portugal estabelecia em Melinde a sua primeira base comercial do Leste de África. Almejava-se controlar o

negócio de pérolas e tecidos de Cambaia. Durante os cem anos de funcionamento daquele entreposto, os portugueses voltaram várias vezes a Mombaça – o porto natural de maior movimento em toda a costa, muito frequentado por árabes e persas – até que Tomé de Sousa Coutinho tomou a cidade em 1585. Em 11 de Abril de 1593, já durante a governação filipina, iniciavam-se os trabalhos de construção de uma fortaleza destinada a resistir aos ataques locais – a convivência dos portugueses com Mombaça seria sempre muito difícil – mas, igualmente, aos barcos de guerra turcos que desciam a costa desde o Golfo Pérsico. Erigia-se, assim, o Forte de Jesus, um dos mais notáveis exemplos do estilo de fortificação que se divulgara na Europa e que os portugueses levaram para África e para o Oriente.

A empresa foi confiada a Giovanni Battista Cairati (ou João Baptista Cairato), arquitecto e engenheiro militar oriundo de Milão por quem Filipe II de Espanha nutria grande apreço. Cairati dirigira já inúmeras obras de construção e fiscalização de fortificações como nas ilhas de Malta e Sardenha, em Tanger e em Piacenza, além de importantes obras em Milão. Dez anos antes do início dos trabalhos no Forte de Jesus viajara para a Índia como arquitecto-mor das possessões portuguesas no Oriente vindo a ser responsável pela inspecção dos trabalhos nas cidades de Manar, no Ceilão; em Damão e Baçaim, na Índia; em Malaca, na Malásia; em Mascate e em Ormuz. Este seria, aliás, o último cargo que desempenharia até à sua morte, em Goa, em 1596.

Em Mombaça, Cairati desenhou uma fortaleza segundo os princípios mais evoluídos da arquitectura militar italiana, concebendo uma fortaleza capaz de assegurar a defesa com um mínimo de forças<sup>5</sup>.

A planta mais antiga que se conhece do Forte de Jesus encontra-se no Atlas de Manuel Godinho de Herédia, no Rio de Janeiro, e data de 1610. De plano rectangular, (tendências para o quadrado) a construção aproveitou as condições naturais do local. As suas muralhas assentavam na rocha de um banco de coral maciço, à entrada do porto, muito acima do nível do mar, para onde se orientavam os canhões estacionados na plataforma de tiro. Dos lados de terra circunda-a um fosso seco cortado na rocha, com uma largura variável de três a doze metros.

O Forte tem quatro baluartes de orelhões em cada ângulo – São Mateus, São Matias, São Filipe e Santo Alberto – baptizados segundo o nome do primeiro capitão, Mateus Mendes de Vasconcelos, bem como das principais figuras da administração portuguesa de então: Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia; Filipe I, rei de Portugal; e Alberto VII (o *Piedoso*), arquiduque da Áustria e arcebispo de Toledo, que governou em Portugal de 1593 a 1598 com o título de vice-rei.

<sup>5</sup> “Os portugueses nunca foram muito numerosos em toda a Costa. (...) A guarnição normal era apenas de cem homens e pelo menos uma quarta parte destes estava destacada para outros locais em serviço de vigilância da costa.” (C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça, 1593-1729*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 30).

Os dois baluartes simétricos (São Filipe e Santo Alberto) asseguravam a protecção do lado de terra permitindo também um fogo cruzado para defesa mútua. São Matias e São Mateus, ligeiramente oblíquos para garantir maior visibilidade, dominavam o mar. A entrada do Forte localizava-se no flanco do baluarte de São Matias a que se acedia por uma ponte de madeira sobre o fosso.

A fortaleza, com cento e trinta metros de comprimento e noventa e nove metros de frente, encerrava no interior todas as infra-estruturas necessárias à respectiva administração e subsistência – aquartelamentos, armazéns, capela, casa do capitão, etc. Foi construída com a pedra local, trabalhada por pedreiros naturais e guzarates vindos provavelmente de Diu. Os trabalhos, realizados sob a supervisão do mestre de obras Gaspar Rodrigues, prosseguiram lentamente, embora, três anos após o início dos mesmos, o rei estivesse optimista quanto à sua breve conclusão. Todavia, em 1609, as muralhas ainda não tinham atingido a altura pretendida, a cisterna, fundamental para assegurar a sobrevivência em caso de cerco, não funcionava, e as escavações do fosso estavam muitas atrasadas. Somente depois de decorrida quatro décadas se atingiram as dimensões que a fortaleza actualmente apresenta.

As relações entre o capitão português e o sultão de Mombaça deterioraram-se após a partida de Mateus Mendes de Vasconcelos, principalmente com Pedro Leitão de Gamboa, nomeado em 1630. A fortaleza viria, então, a ser palco de assassínios, fomes, cercos, bombardeamentos, traições. Em 1631, durante a festa de Nossa Senhora da Assunção, a 15 de Agosto, o sultão Dom Jerónimo Chingalia – que recebera educação portuguesa em Goa e casara com uma luso-asiática – irrompeu no Forte e matou Gamboa. Nas duas semanas subsequentes toda a população portuguesa, constituída por quarenta e cinco homens, trinta e cinco mulheres e setenta crianças, foi massacrada. Não houve fogo, nem dentro nem fora do Forte: a guarnição fora apanhada de surpresa.

De Goa chegou a ser enviada uma expedição para retomar o governo da fortaleza, mas partiria derrotada após dois meses de confrontos. Por essa altura, o sultão (que voltara a usar o seu nome de nascimento, Yusuf) que detestava a sua gente tanto quanto odiava os lusos abandonou Mombaça em Maio de 1632. O Forte veio a ser recuperado a 5 de Agosto seguinte por Pedro Rodrigues Botelho, capitão de dois navios guarda-costas que tinham permanecido em Zanzibar.

Depois deste episódio, o desenho de Cairati foi sujeito a algumas transformações por forma a adaptar-se à reconstrução do que ficara danificado, sendo igualmente dessa época os planos de construção do contramuro (desde a casa do capitão até ao baluarte de São Matias), do corpo de guarda e de guaritas nos baluartes. Foi também decidido acenar a profundidade do fosso e abrir uma segunda entrada nas muralhas.

Em Fevereiro de 1661, o sultão árabe de Omã, que cinco anos antes tomara Mascate e os outros fortes portugueses na costa do Golfo Pérsico,

## Particularidades lexicais...

enviou uma expedição a Mombaça: pilhou a cidade, capturou vários navios portugueses, mas não atacou a fortificação, que só viria a ocorrer bastante posteriormente. Com reforços reunidos em Pate, centro da oposição aos portugueses no século XVII, Saif-bin-Sultan I, chega a Mombaça a 11 de Março de 1696. Estabelece uma base em Quelindini, na costa Sudoeste da Ilha, e bombardeia o Forte de Jesus, cuja guarnição consistia em pouco mais de cinquenta efectivos. Dois dias depois, os portugueses encontravam-se sitiados. A ajuda que receberam de alguns milhares de árabes leais, permitiu que o cerco se prolongasse por dois anos e nove meses, mas, apesar dos reforços enviados de Goa, a peste e a deficiente alimentação contribuiriam para a queda. Em finais de Agosto de 1698, todos os portugueses tinham morrido. Os poucos aliados que restavam resistiriam até 13 de Dezembro, data em que o Forte foi finalmente tomado pelos Omanitas. Muitas décadas mais tarde, a queda do Forte de Jesus ainda era invocada em baladas da região.

Em Março de 1728, após uma curta dominação africana, o governo da fortificação foi entregue aos portugueses pelo sultão árabe de Pate. Porém, no ano seguinte, seriam obrigados a evacuá-la definitivamente, tendo sido então transformada em residência do governador nomeado em Omã. O domínio de Portugal ficara irremediavelmente fragilizado.

Em 1741, a dinastia reinante em Omã foi substituída pela de Albusaid. O governador de Mombaça, Muhammad bin Othman al Mazrui, aproveitando-se da instabilidade política declarou a autonomia da Ilha. Volvidos seis anos, um atentado perpetrado contra a família resultaria no assassinio de Muhammad, embora a dinastia viesse a assegurar o poder através de seu irmão Ali que, conseguindo escapar ao atentado, pediu a protecção do capitão inglês Kirby (ou Cook), escalou as muralhas e tomou o Forte durante a noite. A estratégia, completada com o fogo dos canhões ingleses, fez de Ali bin Othman o novo governador do Forte de Jesus.

Os Mazrui dirigiram os destinos de Mombaça e da Fortaleza durante um período de relativa ordem, não obstante os ataques intermitentes do sultão de Omã. No esforço para manter a independência colocaram-se sob protecção da bandeira britânica, chegando a ser assinada, dentro do Forte, uma convenção, nunca ratificada, porém suficiente para manter a dinastia no poder. Em 1826, os representantes britânicos eram expulsos e dois anos depois o Forte seria ocupado, por um breve período, por Seyyid Said que, contudo, se renderia nesse mesmo ano.

Durante a governação Mazrui, que se prolongou até 1837, poucas alterações foram efectuadas na fisionomia: mas, em 1875, uma série de bombardeamentos (iniciados vali Akida Muhammad bin Abdullah que se revolta, e do contra-ataque do sultão ajudada pela marinha de guerra britânica) destroem grande parte do bastião de São Matias e da plataforma de tiro.

O protectorado britânico de África Oriental (actual Quénia) foi proclamado no dia 1 de Julho de 1895. O baluarte de São Filipe trans-

forma-se então em residência do oficial de comando; constroem-se celas por cima das anteriores casernas e na plataforma de tiro (entre os baluartes de São Matias e São Mateus) tendo ficado aí instaladas prisões para delinquentes.

### Intervenção contemporânea

O Quénia ainda se encontrava sob o domínio britânico quando a Fundação Calouste Gulbenkian enviou a Mombaça Charles Boxer, então professor no King's College de Londres, e Carlos de Azevedo, do Museu de Arte Moderna, em Lisboa, para examinarem o Forte de Jesus conjuntamente com os peritos locais. Na sequência do relatório elaborado, a Fundação financiou integralmente os custos de um projecto de restauro, complementado com a criação, dentro das muralhas, de um museu onde actualmente se expõem, em várias vitrines dedicadas a outros temas, peças recuperadas durante as escavações arqueológicas efectuadas no interior da fortaleza – porcelanas chinesas, islâmicas e portuguesas, contas, medalhões, canhões, entre outras. O Forte, dependente da administração dos então denominados Parques Nacionais Reais do Quénia, foi declarado monumento nacional em 1958.

Decorridos mais de quarenta anos desde a realização das obras de restauro o estado geral da Fortaleza necessitava de novo arranjo e de trabalhos de estabilização. As escombrelas que foram sedimentando na base do fosso impediam mesmo, em algumas áreas, uma percepção da grandiosidade do monumento que, noutras zonas se apresentava quase totalmente obstruído, tornando necessário remover muitas dezenas de toneladas de depósitos. A Direcção-Geral dos Museus do Quénia solicitou uma vez mais a intervenção da Fundação Gulbenkian. O projecto submetido à apreciação de Lisboa foi revisto por João Campos, arquitecto, que, desde os trabalhos efectuados em Arzila, tem sido responsável pelos projectos de reabilitação de monumentos executados pela Fundação Gulbenkian fora de Portugal.

O projecto foi implantado adoptando as tecnologias tradicionais. Aplicou-se argamassa de cal e areia pigmentada a amarelo ocre em cerca de seis mil metros quadrados da superfície exterior; procedeu-se à desmatação da rocha corealífera da frente do mar, bem como a vários outros trabalhos de limpeza e a diversos melhoramentos e arranjos exteriores, incluindo o re-ordenamento paisagístico do espaço envolvente e a instalação de um sistema de iluminação das fachadas – a primeira iluminação nocturna de um monumento em todo o Quénia.

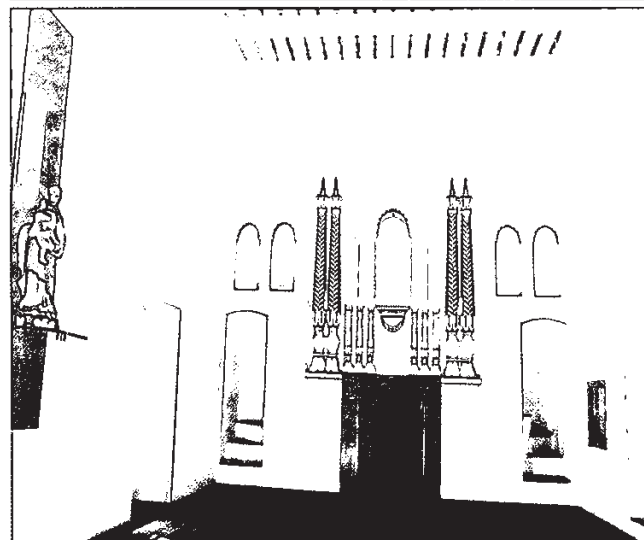
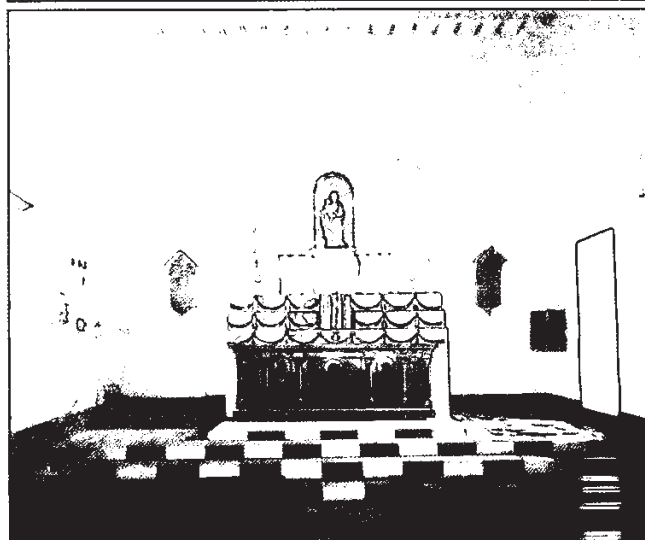
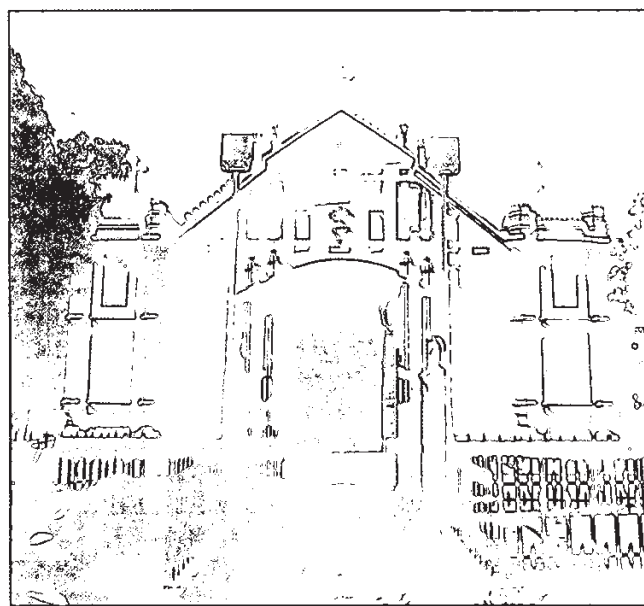
Hoje, a fortaleza apresenta alguns elementos muçulmanos, acrescentados em épocas mais recentes – o ameado da couraça e da torre de entrada, por exemplo – mas as linhas simples desenhadas por Cairati ainda podem ser admiradas. Com quatrocentos anos de história, o Forte de Jesus, integrado num conjunto de vinte e sete sítios e museus dependentes dos Museus Nacionais do Quénia, recebe actualmente

largo número de visitantes estrangeiros, sendo um dos monumentos mais visitados de toda a África.

### Contexto do assentamento

O primeiro contacto dos portugueses com o reino de Bengala ocorreu em data próxima de 1516, quando uma expedição comandada

por D. João da Silveira aportou na costa de Arakan daí partindo para Chatigão (Chittagong), onde permaneceria por vários meses. Nesse ano estabelecia-se a primeira colónia portuguesa em Hugly, junto ao rio Ichamati, a doze milhas de distância de Dacca, em terra cedida pelo governador Mughal Shaista Khan que desse modo pretendia garantir o apoio português contra o *Magb* de Chittagong. Em 1537, Mahmud Shah, como reconhecimento pelo auxílio entretanto recebido, autoriza os portugueses a fundarem uma feitoria e alfândega em Hugly, cidade que



Igreja do Santo Rosário, Dacca, Bangladesh

Particularidades lexicais...

viria a tornar-se importante centro de comércio. O crescente interesse português no Oriente teve, assim, como primeira consequência o desenvolvimento de um intercâmbio comercial, principalmente nos portos de de Chatigão (Chittagong, o Porto Grande) e de Sitagão (o Porto Pequeno). Trocavam-se sobretudo pequenas conchas-moeda (cauris) obtidas nas Maldivas, e larins, moeda de prata persa proveniente de Ormuz, por produtos locais, como roupas de algodão, arroz e confeitarias de açúcar.

Para além de comerciar, os portugueses também pretendiam evangelizar. Em 1576, os padres Jesuítas Antonio Vaz e Pedro Dias chegam a Bengala. Dois anos depois, a congregação abria o primeiro hospital do território e uma escola, chegando a enviar muitas crianças bengalis para o Grande Colégio dos Jesuítas de Santa Fé (Colégio de São Paulo), em Goa. Após a obtenção do direito de pregar a religião e de levantar templos cristãos, iniciaram a construção de igrejas, duas das quais em Chittagong.

A data de chegada dos primeiros Agostinhos não é conhecida com tanta precisão. A sua acção estendeu-se a todo o território, onde edificaram várias igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora da Esperança. Quando, em 1606, foi criada a diocese de Meliapor, a jurisdição das igrejas de Bengala, até então sob alçada da Diocese de Cochim, transferiu-se para aquela cidade. Em 1612, os monges Agostinhos estavam estabelecidos em Dacca onde construíam uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Assunção e, em 1621, encontravam-se em Chittagong.

Durante o cerco mogol a Hugly, em 1622, a maior parte das estruturas religiosas foram desmanteladas, sobrevivendo apenas o colégio dos Jesuítas e poucos outros edifícios, que escaparam por terem sido aproveitados para residência dos oficiais mogois. O convento dos Agostinhos foi queimado conjuntamente com todas as igrejas e edifícios que lhes pertenciam. No entanto, terminado o cerco, o processo de evangelização prosseguiria. Os portugueses deixariam de poder interferir na política local, por falta de apoio militar, foram-lhes, contudo, concedidas maiores garantias e mais privilégios do que anteriormente.

### Momentos da construção portuguesa

A Igreja do Santo Rosário localiza-se em Tejgaon, ou Tesgão, como é referida na documentação portuguesa. No século XVI, fazia parte dos arrabaldes de Dacca, actual capital do Bangladesh, e chegou a ser considerada a “mãe das Igrejas”. Hoje é o mais antigo edifício religioso de cunho português de todos os que resistiram ao passar dos tempos. Muito próximo foi construída há alguns anos uma outra igreja, também de invocação ao Santo Rosário sendo ambas distinguidas localmente por Igreja Velha e Igreja Nova, respectivamente.

Existem diferentes interpretações quanto à época em que a Igreja Velha terá sido construída. J. J. Campos<sup>6</sup> afirma que foi em 1679, tendo sido reconstruída cem anos depois, quando tomou a sua forma actual, contrariando, assim, a informação da *Pontifical Mission Societies* que data a construção da Igreja de 1714. Esta versão, segundo aquele autor, não faz qualquer sentido porque existirá na Igreja do Santo Rosário uma inscrição alusiva ao ano de 1706, e, inclusivamente, já em 1682 contava setecentos paroquianos. Estranhamente, Campos não menciona a inscrição “built 1677”, bem visível no alçado da cabeceira do edifício.

A presença de elementos islâmicos, hindus e cristãos torna difícil a caracterização do estilo da Igreja. A sua arquitectura é muito semelhante à de dois monumentos das imediações – o mausoléu de Haji Khawja Shahbaz e a mesquita adjacente, construída em 1679 – sobretudo as colunas integradas na fachada e que ladeiam as portas, o que faz admitir a possibilidade de estes edifícios terem sido erguidos por mestres de obras que terão colaborado também na edificação da Igreja do Santo Rosário. A esta problemática devemos acrescentar que a delegação da Fundação Calouste Gulbenkian, enviada pela primeira vez em 1997 a Tejgaon, não confirma a existência da inscrição mencionada por J.J. Campos. Por outro lado, é de salientar que no decurso dos trabalhos de revalorização levados a efeito entre Março e Dezembro de 2000, foram descobertas várias passagens, nichos, escadas e janelas na capela-mor, bem como nas paredes das naves laterais, podendo, eventualmente, dois desses nichos terem resultado do fechamento dos dois vãos e constituírem as janelas da fachada de uma primitiva capela.

A história da Igreja do Santo Rosário poderá pois ter começado no último quartel do século XVI com a construção de uma capela, à qual, em 1677 (de acordo com a inscrição em língua inglesa patente na cabeceira), se teria acrescentado o corpo das actuais naves.

A configuração da fachada em três volumes sugere o clássico frontão triangular (ao jeito europeu), aqui irregular e desdobrado, rematado por florões, com flores de lótus estilizadas (assumindo uma postura vincadamente Oriental). Assim, o conjunto denota, um princípio de composição europeu adaptado à arquitectura Oriental. Cada volume das duas cúpulas laterais sustenta uma cruz destacada no topo; entre a cornija superior e a cornija do arco abatido que encima o portal encontram-se dois pares de fustes adossados com a parte inferior acondicionada em nichos. O portal é interrompido lateralmente por duas colunas que, assentes no rodapé, o perfuram de uma maneira estranha aos cânones europeus; a porta, propriamente dita, apresenta-se encimada por um arco perfeito de rebordos denticulados o qual, por sua vez, assenta em duas colunas trabalhadas à maneira indiana.

O interior da Igreja é, sem dúvida, «português». É constituído por dois corpos – a nave e a capela-mor – demarcados pelo arco triunfal com um trabalho requintado cujo denteado se assemelha ao motivo

<sup>6</sup> J. J. Campos, *History of the Portuguese in Bengal*, Calcutta, Butterworth & Co., 1919, p. 249.

decorativo de tipo islâmico do portal da fachada. Os dois corpos distribuem-se segundo um eixo longitudinal Oeste-Este, ficando o altar-mor orientado para Oeste. A nave principal separa-se das colaterais por meio de duas séries de seis colunas com capitel “jónico” saliente; no baptistério, a pia baptismal, assemelhando-se a um grande almofariz de pedra, assenta sobre uma pequena coluna; na entrada, em ambos os lados do vão da porta, existem duas pias de água benta encaastoadas na parede.

Na capela-mor, por detrás da mesa de altar adossada, tal como era concebida antes do Concílio Vaticano II e que, pelo estilo, corresponde às obras de que a Igreja beneficiou em 1940, encontrava-se, antes da recente intervenção, o retábulo de uma invulgar composição escalonada, ocultando na parte inferior o que terá sido a predela original. Dois grupos de altas colunas adossadas, que deviam demarcar o primitivo retábulo pintado, enquadram um nicho situado ao centro onde uma imagem da Virgem, de pé, sustentando o Menino, se expunha à adoração dos fiéis, à boa maneira seiscentista portuguesa (Sé de Portalegre). Tal imagem da Virgem apresenta características Indo-portuguesas, bem reconhecíveis pelos seus longos cabelos e pela postura do manto.

A importância de Tejgaon diminuiu com a transferência da capital de Daca para Murshidabad, em 1712, e a Igreja teria sido temporariamente encerrada, reabrindo dois anos mais tarde. A partir daí, alternaria períodos de esplendor com outros menos brilhantes. Actualmente encontra-se fechada ao culto — que decorre na Igreja Nova, bem mais vasta e com condições para atender às necessidades de cerca de dez mil paroquianos (dos três milhões e meio de católicos de todo o Bangladesh). A Igreja Velha é utilizada como casa mortuária e nas reuniões da Congregação de São Vicente de Paula e da Legião de Maria.

### Intervenção contemporânea

Os trabalhos de revalorização da Igreja do Santo Rosário foram sugeridos à Fundação Calouste Gulbenkian pelo cônsul do Bangladesh no Porto, Axel Volter, em 1997. Seguiu-se a deslocação a Daca de uma equipa de consultores que incluiu o arquitecto João Campos e a especialista em arte Indo-portuguesa, Maria Helena Mendes Pinto. Posteriormente, procedeu-se ao levantamento arquitectónico e foi elaborado o projecto de revalorização do edifício, acompanhado pela execução de uma maqueta da Igreja à escala de 1/20.

O projecto, da responsabilidade do arquitecto João Campos, respeitou, atendendo ao desejo do Arcebispo local, D. Michael Rozario, a função sacra subjacente à construção do edifício, propondo-se que a Igreja venha a ser um local de oração. A sua implementação, acompanhada por técnicos locais, foi efectuada na observância dos métodos e materiais tradicionais, adequando-se estes às tecnologias de suporte, de forma a garantir o melhor comportamento face às condições climáticas da região.

Os trabalhos contemplaram a limpeza da frontaria, com reconstituição dos elementos decorativos desgastados; a pintura de todo o edifício, segundo um princípio cromático idêntico ao aplicado na Igreja de Santo António, em Panjora, ou seja, utilizando cor no corpo da fachada principal e na cabeceira. Com efeito, foi principalmente a cor patenteada na fachada daquele templo que levou João Campos a considerar esta opção como um enriquecimento da arquitectura da Igreja do Santo Rosário.

No interior, as obras incluíram a reconfiguração das carpintarias de todos os vãos de porta; reparação de paredes; execução de tectos falsos nas duas naves laterais — onde foram integrados os sistemas eléctrico e de ventilação forçada (totalmente renovados). O retábulo sofreu simplificações, deixando de apresentar a esguia forma tradicional com a imagem já referida, no nicho ao centro; a predela escalonada foi igualmente retirada, bem como a mesa de altar e o sacrário, que passou a estar encaastado num painel de madeira.

Quando da primeira visita da equipa de especialistas enviada pela Fundação Gulbenkian, a Igreja do Santo Rosário tinha distribuídas pelo chão, sem critério aparente, grande número de lápides funerárias em perigo de rápida deterioração, pelo que se providenciou a sua salvaguarda no interior do templo, tendo ficado apostas nas paredes laterais. Ao conjunto, acrescentaram-se ainda as que se encontravam no exterior, junto à fachada. No total, removeram-se quarenta e quatro lápides com inscrições de difícil leitura. Os epitáfios mais antigos (a data mais recuada remonta a 1714) estão, em geral, escritos em português, embora os haja também em latim e arménio; os dos séculos XIX e XX — em maior número — estão quase todos redigidos em língua inglesa<sup>7</sup>. Para refazer o pavimento utilizou-se tijolo de fabrico local, disposto a cutelo e, em certas partes, foi aplicado mosaico cerâmico.

Todo o projecto foi enriquecido por uma clara elucidação, através de painéis expressamente concebidos, ilustrativos da presença portuguesa no Bangladesh que, desde a inauguração dos trabalhos, em Dezembro de 2000, se encontra à disposição dos visitantes.

A influência dos portugueses na vida dos bengalis, especialmente na comunidade cristã, cujos membros ainda hoje usam nomes portugueses, continua a ser facilmente observável na cultura local, na língua e na literatura.

### Bibliografia

ABUNG, George, “Forte Jesus de Mombaça — Poder, Autoridade e Conflito”, *Oceanos* (rev.) nº 28, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Outubro/Dezembro 1996

<sup>7</sup> Uma descrição pormenorizada do conteúdo das inscrições esculpidas nestas estelas está incluída no relatório de 31 de Agosto de 2000, enviado à Fundação Gulbenkian pelo arquitecto João Campos, baseada no dossier ilustrado realizado por Maria Helena Mendes Pinto, e actualizado no decurso dos trabalhos.

- ARZILA – *Torre de Menagem/Le Donjon d'Asilab*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995
- CAMPOS, J.J., *History of the Portuguese in Bengal*, Calcutta, Butterworth & Co., 1919
- BOXER, C. R., *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Ed. 70, 2000
- e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça, 1593-1729*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos 1960
- CORTESÃO, Jaime, *O Império Português no Oriente*, Lisboa, Portugália, 1968
- DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822) – O Espaço do Atlântico*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1999
- HUQ, Mohammad Shamsul, "The Holy Rosary Church – a critical review", *The Dhaka University Journal*, Dhaka, Dhaka University, 1986 [versão inglesa de S. Jamil]
- KIRKMAN, James, *Fort Jesus – A Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Clarendon Press, 1974
- NELSON, W.A., *Fort Jesus of Mombasa*, Edinburgh, Canongate Press, 1994
- MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989

FOTOGRAFIAS: RUI OCHÔA PARA A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.